

# **Escrever Portugal: a configuração da nação em O ano da morte de Ricardo Reis**

## **Writing Portugal: the configuration of the nation in O ano da morte de Ricardo Reis**

Luana Soares de Souza

### **Resumo**

*A proposta do presente artigo é analisar o modelo de construção cultural da nação e da identidade portuguesas presentes no discurso narrativo do romance O ano da morte de Ricardo Reis, de José Saramago. No texto, o autor centraliza o enredo na interdependência entre história e ficção, na qual os personagens constroem a imagem dos lusitanos.*

**Palavras-chave:** nação, história, ficção.

### **Abstract**

*The proposal of this article is to analyze the model of cultural construction of the Portuguese nation and its identity as presented by the narrative discourse in the novel O ano da morte de Ricardo Reis, by José Saramago. In the text, the author focuses the plot in the interdependence between history and fiction in which the characters build the image of their people.*

**Key words:** nation, history, fiction.

## **1 INTRODUÇÃO**

Nação e narração são conceitos cujas origens encontram-se perdidas no tempo. Apesar deste fato, verifica-se que ao longo da história humana seus significados, enquanto espaços de contestação e questionamento, percorreram caminhos próximos, um como referente, o outro, sendo representação. Valendo-se desta característica, diversos autores recorrem ao romance para (re)escrever a história de povos, ou de indivíduos que possuem elementos em comum.

Em consonância com essa linha de pensamento, o presente artigo, objetivando contribuir com os estudos relativos à intersecção existente entre história e ficção, analisa a configuração atribuída à comunidade nacional pelo escritor José Saramago ao longo do texto *O ano da morte de Ricardo Reis*. Para melhor atender a seus propósitos, o trabalho foi dividido em duas partes: a primeira contém uma exposição sucinta de três visões teóricas existentes sobre a idéia de nação; a segunda apresenta a conformação deste conceito na narrativa e do seu uso pelo autor, como forma de proporcionar uma

Luana Soares de Souza é Doutora em Teoria da Literatura pela PUCRS e Professora no Curso de Letras da Universidade Luterana do Brasil – ULBRA. Endereço para correspondência: R. Adda Mascarenhas de Moraes, 529/201. Jardim Planalto – 9122-0140 – Porto Alegre/RS. E-mail: assletras@ulbra.br

Textura	Canoas	n. 12	julho/dezembro 2005	p.45-54
---------	--------	-------	---------------------	---------

perspectiva revisionista do povo português e da realidade do país.

## 2 OLHARES SOBRE O CONCEITO DE NAÇÃO

Ao contrário da narrativa, que possui suas fronteiras perfeitamente delimitadas, o termo nação apresenta uma certa indeterminação conceitual, visto o grande número de definições encontradas na literatura de várias áreas de conhecimento afins. Para tornar um pouco mais clara a questão envolvendo seu significado e facilitar o entendimento da perspectiva de José Saramago, neste item serão apresentadas algumas das leituras que três autores contemporâneos fazem sobre o termo.

Partindo da idéia de nacionalidade, Benedict Anderson, no texto *Nação e consciência nacional* (1989), faz um estudo do nacionalismo europeu, das causas de sua emergência no século XIX, e de como o coletivo nacional foi e é configurado em diferentes épocas. Para o autor, o conceito mencionado abrange “uma comunidade política imaginada – e imaginada como implicitamente limitada e soberana” (p. 14). Em sua pesquisa, Anderson explora esta idéia através da constituição de uma identidade política idealizada, cuja totalidade não pode ser vivenciada concretamente, porque “os membros da menor nação jamais conhecerão, encontrarão ou escutarão qualquer coisa sobre seus compatriotas” (ib., p. 14). Mas, mesmo sem o conhecimento total de seus integrantes, na mente de cada indivíduo está presente a imagem da união. Desta forma, todas as sociedades humanas tendem a ser coletividades fictícias, que “não diferem pela sua falsidade [ou pela] genuinidade, mas pelo estilo em que foram imaginadas” (ib., p. 15). Para o ensaísta a constituição do grupo humano de um país deve ser

imaginada como algo limitado porque até mesmo as maiores [...] têm fim, ainda que se estabeleçam fronteiras elásticas, do outro lado sempre haverá outras nações. [...] É imaginada como soberana porque o conceito nasceu em uma época em que o

Iluminismo e a Revolução destruíram a legitimidade dos reinados hierárquicos dinásticos, governados pelo direito divino. [...] Finalmente, é imaginada como uma comunidade. Apesar da desigualdade e da exploração que prevalecem, a nação é sempre concebida como um grande companheiro horizontal. Enfim, é a partir dessa fraternidade que nos últimos dois séculos tornou-se possível milhares de pessoas matar e morrer por tais limitadas imaginações. (op. cit., p. 15-16)

Ao descrever a nação como sendo um agrupamento limitado, porém soberano, cuja composição provém de um grande elo fraterno, Anderson destaca o valor do homem na formação nacional, uma vez que o surgimento de tais comunidades imaginadas somente se tornou possível a partir de uma modificação importante na maneira de pensar e de compreender o mundo por parte de seus integrantes. A relevância dessa transformação pode ser percebida na estrutura básica de duas formas de imaginar que surgem no século XIX: o romance e o jornal. O primeiro é o instrumento para a apresentação da simultaneidade de acontecimentos em uma realidade em que seus personagens talvez jamais venham a se relacionar, mas à qual permanecem ligados de alguma maneira. Através desses atos realizados ao mesmo tempo, o mundo imaginado evoca, nas mentes dos leitores, a existência de outras pessoas e, mesmo sem conhecê-las, o corpo social passa a ser o centro de seu relacionamento anônimo. Para atender à representação da comunidade nacional, os escritores elegem como enredo a vida cotidiana de personagens que pertencem a um mesmo grupo. Os heróis, pessoas do povo, muitas vezes, assumem um “nós” e um “nosso”, salientando, dessa maneira, sua preocupação em responder ao grupo e não às imposições de sua vida pessoal.

A esse vínculo imaginativo soma-se o aparecimento da imprensa, como produto cultural ao alcance de todos. Através da leitura do jornal, milhares de pessoas realizam uma cerimônia que é reproduzida por outros compatriotas; este fato leva as mesmas a pensarem a respeito de si próprias e do coletivo, criando um relacionamento imaginado entre elas. Assim, a literatura e o jornal foram um dos primeiros



meios de geração de idéias de simultaneidade de acontecimentos com pessoas anônimas, mas, de uma certa forma ligadas. Por essas razões, houve o surgimento de uma verdadeira massa de leitores que começaram a ver a si próprios como personagens em uma literatura ao alcance de todos.

Ao concluir seu estudo, Benedict Anderson retoma o centro de seu exame que foi o de esboçar os processos pelos quais a nação chega a ser imaginada e, uma vez imaginada, modelada e transformada. O autor leva em conta principalmente as mudanças sociais e as diversas formas de consciência nacional; acredita, entretanto, que somente esses fatores são insuficientes para explicar o afeto que as pessoas sentem pelas comunidades, querendo até mesmo morrer por elas. Essa comunhão cria uma imagem de unissonância, realizada de forma indireta o que Anderson destacou como uma união fraterna e espontânea entre pessoas, imaginada, limitada e soberana, conceituando assim a coletividade.

O segundo pesquisador é Eric J. Hobsbawm que no livro *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade* (1990), toma como base de análise a questão nacional, concentrando-se no século XIX e começo do século XX, período que se caracteriza pela consolidação do moderno estado nacional. O autor, apesar de acentuar a relevância do vocábulo “nação”, afirma que o mesmo carece de uma maior precisão, uma vez que critérios singulares como etnia, língua, território, história comum e traços culturais utilizados em sua definição são ambíguos, mutáveis e opacos, não levando, portanto, à necessária precisão conceitual.

Para Hobsbawm, o estudo das nações deve partir das idéias, sentimentos, opiniões, interesses, necessidades e desejos das pessoas comuns, os quais não podem ser classificados meramente como nacionais e, menos ainda, como nacionalistas. Preocupado em encontrar uma conceituação adequada para o termo, o autor procede a uma revisão do mesmo em dicionários de várias nacionalidades e épocas, constatando a sua evolução e diferenciação. Suas pesquisas, entretanto, o levam a concluir que, qualquer que seja o significado original da palavra “nação”, ela está longe de seu entendimento atual. Desta forma, para

possibilitar a exata compreensão de sua natureza, deve-se analisar o discurso político e social predominante por ocasião das revoluções francesa e americana. De acordo com o ponto de vista revolucionário, o coletivo nacional possui em comum um indicador de vínculo de união que é “o interesse comum contra os interesses particulares e o bem comum contra o privilégio” (op. cit., p. 32). Nessa perspectiva, a coletividade nacional está muito próxima das massas populares constituídas por trabalhadores, empregados, camponeses e colonos, as quais, independente de critérios étnicos, lingüísticos, religiosos e geográficos, buscam estabelecer uma união nacional centrada em objetivos comuns ou, pelo menos, predominantes.

Definido o significado de nação, Hobsbawm discute questões referentes ao protonacionalismo e às transformações verificadas no final do século XX. Segundo ele, nos últimos cem anos diversos movimentos de libertação eclodiram em praticamente todos os quadrantes do planeta, onde “o princípio de nacionalidade” possibilitou o surgimento a novas comunidades, nas quais o “nós” imaginário suplantou a um “ele” simbólico, representado pela anterior administração imperial ou dominação militar. Não obstante a idéia de liberdade nacional presente em tais organizações, o estudioso conclui afirmando que aquelas persistentes nas décadas finais do século XX são negativas e separatistas, pois utilizam critérios ambíguos para a delimitação das comunidades nacionais. E tal definição não é condizente com a atual adaptação, absorção e intercomunicação existente entre os povos.

Outro autor a se manifestar sobre o mesmo assunto é Homi K. Bhabha; em *Nation and Narration* (1990); obra em que ele defende a necessidade de explorar a representação cultural da ambivalência do público e do privado existente no espaço nacional da sociedade moderna. Juntamente com os demais ensaístas presentes no livro, seu propósito é a produção de textos engajados com as teorias pós-estruturalistas da narrativa referentes às questões da textualidade, do discurso, da enunciação e da *écriture*, a fim de evocar a chamada margem ambivalente do agrupamento social de um país. Nos artigos, os temas conexos com a consciência nacional são analisa-



dos a partir das possíveis dicotomias narrativas existentes entre culturas e nações, teorias e textos, política e poesia, presente e futuro.

Em seu ensaio, Bhabha considera que a coletividade possua uma duplicidade representativa; o autor interpreta a narrativa ocidental como sendo o lugar no qual se fala da minoria, do exílio, do excluído e do colonizado, como personagens que pretendem um movimento perpétuo da “integração marginal de indivíduos” (p. 150-151). Para ele, os escritores ocidentais procuram representar múltiplos discursos e línguas na ficção, que passa a ser o lugar de encontro da heterogeneidade contemporânea de pessoas e de culturas.

Como se vê, variam os entendimentos acerca do conceito de nação; se alguns podem ser considerados complementares, outros se colocam como contraditórios. Deste modo, quaisquer definições irrefutáveis sobre aqueles são de difícil formulação. Logo, com o objetivo de evitar maiores digressões que, aliás, não esgotariam o tema, pode-se admitir para os atuais propósitos que a comunidade de um país é constituída pela união de pessoas, não necessariamente membros de uma mesma etnia ou usuários de uma mesma língua, as quais se ligam por laços mais fortes como a história passada e a vivência presente. E esse agrupamento nacional reconhece a si próprio nos momentos difíceis ou alegres que são comuns a todos, os quais são (re)contados em diferentes fases da literatura mundial.

Tal recontar conduz à discussão sobre as relações entre história e ficção, partindo, inicialmente, duma visão tradicional das semelhanças e diferenças existentes entre elas. Se uma é idéia pura, a outra é arte; ambas, entretanto, se prestando à representação da realidade. Elas se constroem em enunciados através da linguagem, sendo estruturadas a partir das relações temporais e espaciais presentes em determinado tempo numa dada comunidade, cujos valores procuram reproduzir. (REMÉDIOS, 1994, p. 13-25). Na elaboração de seus textos, o romancista, assim como o historiador, mimetizam o real, tornando o “fingire” um elemento dos processos de construção da história e da literatura. Pois se esta está caracterizada por sua ficcionalidade, aquela também finge ao tentar recuperar o fato histórico em sua

totalidade. Não se pode esquecer que, ao recriar o passado, a narrativa o traz para o presente; deste modo, tanto o historiador quanto o ficcionista “apresentam o mundo criado que se configura através da leitura” (ib., p. 13). Quem atualiza o discurso, seja histórico, seja ficcional é o leitor, porque é ele quem lhe empresta o significado presente, sendo, portanto, o responsável pelo ficcionismo da história e pelo historicismo da ficção.

A partir desse embasamento teórico, na próxima seção será procedida a análise do romance *O ano da morte de Ricardo Reis*, de José Saramago, com o objetivo de estabelecer os mecanismos da reflexão poética que a obra contém sobre a lusitanidade e a construção cultural da nação e da identidade portuguesas.

### **3 O LABIRINTO DE SER PORTUGUÊS, À PROCURA DE UMA SAÍDA**

*O ano da morte de Ricardo Reis* (1988) apresenta uma fábula centrada no ano de 1936, alguns meses depois da morte do escritor Fernando Pessoa. Médico por profissão, poeta nas horas vagas por opção, Ricardo Reis, natural do Porto, cinqüenta anos, celibatário, desembarca em Lisboa, vindo do Brasil, para onde havia emigrado. Na capital, vivenciará a montagem do fascismo na Alemanha e na Itália, a aceleração da guerra civil da Espanha e a consolidação do salazarismo em Portugal. A intriga submetida ao público é pontuada por uma atualidade marcante, que termina quando da rebelião de algumas unidades da Marinha, ancoradas ao largo de Lisboa. O romancista José Saramago leva ao leitor uma verdadeira dissecação dessa época perturbada que não lhe permite permanecer insensível à mesma e ao estilo do autor, cuja precisão assemelha-se a de um bisturi.

A liberdade do fazer artístico consolida-se na escolha da construção de uma narrativa sobre uma ficção, no encontro duplamente ficcional entre Fernando Pessoa e Ricardo Reis, na inversão que se estabelece entre os domínios da história e os da literatura; no ato



de problematizar as noções de verdade, realidade e criação. Ao contrário das obras anteriores de Saramago, em que há um ficcionalismo da história, nesse romance é feita a historicidade do fictício. Através dessa estratégia o autor recoloca Ricardo Reis, heterônimo de Fernando Pessoa, numa história “real”, em que o “ser português” é questionado pela apropriação de diferentes textos históricos e literários que constituem, assim, a matéria romanesca. Ricardo Reis é um ser de papel, inteiramente discursivo, criado e pensado por outro, “real”, configurado por Fernando Pessoa. O criador e a criatura, juntos, (re)descobrem Lisboa e seu povo, tornando-se ambos uma amostragem, um microcosmo do restante da coletividade lusitana.

Além do poeta, Ricardo Reis terá como acompanhante, no seu reencontro com o homem português, um narrador que observa e perambula pelas ruas da cidade. Esse passeio estabelece, desde o início, a atmosfera encontrada no decorrer de toda a narrativa nesta “cidade pálida, [onde] as águas do rio correm turvas de barro, há cheia nas lezírias” (op. cit., p. 11). O mau tempo é constante no inverno e as imagens relacionadas à capital lusa são de escuridão e opressão: Lisboa é “a cidade cinzenta”. O espaço urbano está quase sem vida no qual os raros transeuntes passam pelas ruas mudos e com o ar distante e perdido.

A esses poucos cidadãos juntar-se-ão alguns passageiros emigrantes que chegam a bordo do *Highland Brigade*, atracado no cais de Alcântara. No desembarque, de imediato é destruída a promessa feita a eles de “uma cidade bonita e um viver feliz” (ib., p. 13). Vendo a chegada do vapor inglês e de seus tripulantes, o narrador posiciona-se como “nós” e, mesmo assumindo pelo resto dos seus compatriotas as ofensas provocadas pelas observações de franceses e ingleses aos “pobres países”, não se queixa. Conforma-se, pois aqui permanecemos calados como ocupantes que somos de tão escassa terra e de tão pequena nação. Resta observar o desdém dos viajantes e a compaixão de alguns, a dar de gorjeta a esse “povo atrasado, de mão estendida, [que] vende cada um o que tiver de sobejo, resignação, humildade, paciência, assim continuemos nós a encontrar quem de tais mercadori-

as faça no mundo comércio” (ib., p. 14). A passagem ilustra a realidade do país e a do restante da Europa, vivendo tempos amargos, que prenunciam a Segunda Guerra Mundial. Não há alegria e sim a melancolia de um povo mortificado por uma ameaça de morte e de destruição. Soma-se a tal perigo, um outro, que é interno e representado pelas “nuvens que sobre Lisboa pesavam” (ib., p. 16).

Entre os passageiros que desembarcam está o doutor Ricardo Reis que volta a seu país após dezesseis anos no Brasil. Durante esse tempo grandes e profundas mudanças ocorreram em Lisboa, local onde se pode ouvir “o sussurro, o murmúrio da cidade, seiscentas mil pessoas suspirando, gritando longe” (op. cit., p. 22), em uníssono; as gentes desta “lusitana pátria, terra de escravos e ladrões, como disse Byron” (ib., p. 23), observação sarcástica, mas que, segundo o narrador, não corresponde à realidade, pelo menos no que diz respeito aos ladrões. E, é da janela de seu quarto no Hotel Bragança, que o médico recebe as primeiras impressões auditivas da comunidade urbana. Esse contato passa a ser ampliado quando de seu relacionamento com outros personagens: o gerente, Seu Salvador, o garçom Pimenta, a criada Lídia, o *maitre*, o pajem, outros hóspedes como Marcenda e seu pai, Doutor Sampaio, todos vivendo em um microcosmo onde convivem diferentes vozes e ideologias.

Desta forma, é através das vivências e experiências desse universo de atores que o narrador vai (re)contar a história recente da nação portuguesa. Assim, ele nos apresenta a Lídia, “mulher nascida do povo” (ib., p. 57), sem grande instrução, que sonha com a inversão das posições sociais. Ela representa o discurso subversivo, é a antifascista que espera a hora de “se poder fazer a revolução” (id., p. 59); luta subterrânea que tendo como personagem ativo seu irmão mais jovem, Daniel. Ao contrário de Lídia, Dr. Sampaio simboliza o discurso da situação, aquele, dentre muitos, que apóiam o ditador Salazar. Conforme suas palavras, ele e o restante da comunidade lusitana devem se sentir felizes com a sua condição de protegidos pelo Estado Novo, pois, “o que nos vale, meu caro Doutor Reis, neste cantinho da Europa, é termos um homem de alto pensamento e firme autoridade à frente do governo e do país” (ib. p. 137).



Sem tomar partido, Ricardo Reis escuta a afirmação repetida e enfática das grandes transformações ocorridas em seu país de origem desde a implantação da ditadura salazarista. Segundo o Dr. Sampaio, não há outro modo de vida a ser seguido que não seja este, já que a pátria lusitana está se desenvolvendo, e de forma sossegada. Não há mais lugar para revoluções, o caminho é seguir o lema “Deus, Pátria, Família” que paira sobre “uma nação inteira entregue ao trabalho sob a chefia de um grande estadista” (ib., p. 137). No personagem sobressai o fanatismo pelo regime e o desejo de propagação da doutrina fascista. Seu discurso denota uma visão otimista acerca do futuro do país, agora a salvo das sérias crises social, econômica e política, antes a devassar Portugal. A chegada de Salazar ao poder resulta na estabilização da economia lusa, o que leva seus patrícios a considerá-lo “o Messias”.

A imagem de um agrupamento de pessoas abençoado por seu salvador também está presente nos jornais, submetidos a rígida censura. No noticiário, as obras de caridade inauguradas pelo chefe do Estado e seus ministros; ações ironizadas pelo narrador como sendo de “singular beleza”. Sua leitura leva o personagem a acreditar que o alvo da ajuda governamental são os pobres, classe favorita na propagação da bondade política existente. Tais medidas são exemplos ilustres para outras nações e homens de Estado que “virão às lusas terras pedir opinião, ajuda, ilustração, mão de caridade, azeite para a candeia, aqui, aos fortíssimos homens portugueses, que portugueses governam” (ib., p. 85). Os chamados homens fortes e poderosos são aclamados pelos periódicos, com o objetivo de engrandecer a pátria, interna e externamente, com seus inúmeros feitos, como o da criação da sopa dos pobres, ajuda que, segundo o narrador ironicamente comenta, capaz de fazer esquecer qualquer gesto de crise ou revolta.

Entre outros benefícios do governo da Ditadura Nacional há o de ter colocado o povo a trabalhar e, também, proporcionar a emergência do patriotismo e de dedicação ao bem comum, elementos capazes de realmente unir a coletividade no projeto de reerguer o país. A imagem da comunidade nacional é reforçada,

mais uma vez, pelo fato de ter um líder que a guie e a ajude, um homem perfeito como Salazar, “o protector, o pai, o professor, o poder manso, um quarto de sacristão, um quarto de sibila, um quarto de Sebastião, um quarto de Sidónio” (ib., p. 278).

Na análise do romance, observa-se que ambas as representações, tanto da nação quanto de seu governante, são forjadas. Na verdade, elas estão longe de corresponder à realidade. Com uma apreciação crítica do noticiário local, o narrador conclui que a informação jornalística representa um discurso sobre o real. As informações dos periódicos lisboetas têm o objetivo de forjar uma realidade, cuja existência deverá ser confirmada através da repetição e do uso do discurso persuasivo e nacionalista. Com o intuito de atingir seus propósitos, o governo usa os meios de comunicação para acentuar a importância dos valores encontrados no programa fascista. A lição de Salazar, “Deus, Pátria, Família”, deve ser digerida pelas pessoas em uma preleção ininterrupta, cujo tema é o povo português, o escolhido por Deus. A pátria lusitana é o centro do universo; “Portugal é a obra de Deus através de muitas gerações de santos e heróis” (ib., p. 264), pois “Portugal é Cristo e Cristo é Portugal” (ib., p. 281). É a terra onde vivem os defensores do regime, “soldados” idealistas; local onde todos, membros de um povo “bom e trabalhador”, se põem lado a lado a combater os inimigos da pátria (ib., p. 299).

No entanto, para o narrador, estão “os portugueses hipnotizados” (ib., p. 333); essa imagem de determinação e trabalho é construída pelo uso da força mental, do encarceramento dos intelectuais opostos ao sistema. A crítica da voz narrativa dá a conhecer os fatos, enquanto denuncia e ironiza seu conteúdo em favor do povo. Ricardo Reis é apenas um leitor que não se posiciona sobre a realidade a seu redor. Ele aceita tudo o que lê, porque tem que “acreditar que é verdade o que eles me dizem, [pois] um jornal não pode mentir, seria o maior pecado do mundo” Mas essa verdade é contestada por Lídia, uma quase analfabeta, mas que aprendeu que “as verdades são muitas e estão umas contra as outras, enquanto não lutarem não se saberá onde está a mentira” (op. cit., p. 388).



Contra-pondo-se à “verdade” oficial, a criada passa a narrar acontecimentos que não são registrados pelos jornais, como os motins populares deflagrados na ilha do Funchal, fato que resultou em mortos e feridos, além da invasão a repartições públicas. O relato, entretanto, não consegue mover o personagem, fazê-lo refletir sobre si mesmo. Sua reação fica limitada a não conseguir “compreender as verdadeiras razões do alvoroço popular, nem isto deverá espantar-nos, a nós e a ele, que só tinha os jornais para sua informação” (ib., p. 388).

O narrador, por sua vez, fica solidário com a parte mais consciente da nação e atesta a alienação e a insensibilidade do personagem em (re)analisar sua terra e sua gente. E, ao longo da narrativa, Ricardo Reis continua com sua atitude passiva e distanciada. Ele realiza passeios nas “ruas ermas de Lisboa”, passa por ruas e praças até chegar ao Cemitério dos Prazeres; este representando a metáfora de Lisboa. É uma outra cidade dentro da cidade, mas com os mesmos habitantes; em ambos os locais só existem mortos. Ao sair do cemitério, o médico prossegue sua rota pela Baixa Lisboa. Aos poucos, pelos olhos do narrador, é levado a conhecer uma “gente pobre, alguns mais parecem pedintes, famílias inteiras” (ib., p. 67), que estão a ir receber o bodo do Século, dez escudos para cada um dos pobres, dinheiro vindo do pai de todos, Salazar. Nesse episódio, mais uma vez, é descrita a pobreza, a “gente de xale e lenço [...] tantos descalços. [...] Ali estão e estarão à espera de que chegue a sua vez, horas e horas de pé” (ib., p. 70).

O passeio e sua enumeração topográfica centralizam-se na porção desfavorecida e sofrida dos lisboetas. A cada rua que percorre, alameda que entra é como se “estivesse dentro de um labirinto que o conduzisse sempre ao mesmo lugar” (ib., p.70). O espaço torna-se, então, o ponto de (re)encontro dos seus conterrâneos com seus problemas, características e diferenças sociais; eles estão perdidos e sem direção, no mesmo labirinto de travessas e becos, atingida de uma maneira ou de outra pela avalanche fascista. A pátria está em agonia, pois parece ter perdido sua voz e sua identidade.

Em suas andanças, Ricardo Reis “alheio e indiferente” (ib., p. 90) entra em cinemas, cafés, bares; perambula pelas ruas a olhar estátuas. Como homenagem do narrador aos escritores lusos de outrora, aquelas são conhecidas por seus nomes; estas reproduzem suas imagens: Rua Garrett, estátuas de Eça de Queirós e de Luís de Camões. Mas, nestes momentos, o objetivo do narrador não se restringe à deferência aos autores patrícos e às obras que escreveram sobre o país e sua nação. Por sua voz, Saramago busca assinalar a importância que cada um deles e seus textos tiveram e, veladamente ainda têm; relatar o impacto de suas vozes tanto na literatura quanto na história lusitanas. Seus nomes e “imagens” estão nas ruas a lembrar de outros tempos, aqueles nos quais Portugal era mais livre e mais humano; a ajudar a pensar o futuro, pois a “verdadeira história ainda está por contar” (ib., p. 62).

No desenrolar da narrativa o poeta épico sobressairá, será o texto mais aclamado e citado, pois “todos os caminhos portugueses vão dar a Camões” (ib., p. 180). Nas palavras do narrador o fato simboliza que o verdadeiro processo de formação da identidade nacional começa em Luís de Camões e em sua escrita. Nele está presente o herói luso sofredor, aquele que incansavelmente busca o caminho da grandeza pátria. Para ele, “não teríamos Lusíadas se não tivéssemos tido Camões, [e ninguém] é capaz de imaginar que Portugal seria o nosso sem Camões e sem Lusíadas” (ib., p. 183). Desta maneira a voz narrativa acentua a importância da épica camoniana como índice de reconhecimento e exaltação do ser português; foi só o que sobrou e que está registrado sobre a *idade do ouro portuguesa*, aquela das descobertas marítimas e do orgulho de pertencer a um conjunto de homens valentes, “uma brava gente”. Já o momento atual é apresentado por um grande Adamastor a ser vencido; o gigante que possui uma guarda equipada que vigia e pune a todos aqueles que desobedecem ou se voltam contra o seu grito.

O poeta de *Mensagem* também não é esquecido pelo narrador que sente a sua partida cedo e repentina: “Você não devia ter morrido tão novo, meu caro Fernando, foi uma pena, agora é que Portugal vai cumprir-se” (ib., p. 282). Aqui, a voz narrativa coloca-se numa vi-



são profética ao prever a realização do antigo sonho de domínio dos mares, segundo o sujeito lírico pessoano. Nesta ocasião, o olhar do narrador não se dirige a Deus, mas a Pessoa, lamentando que ele não possa vivenciar o cumprimento do destino pátrio. O sujeito da enunciação é otimista, pois o momento social está tomado pela miséria do povo, guiada por um regime de força. Do início ao fim da história, os traços do passado estão presentes a desmentir a profecia do “cumprir-se Portugal”. Muitos anos ainda iriam passar antes que o país tomasse outra direção, que, nas palavras de Ricardo Reis, “Ó Portugal, hoje és nevoeiro” (PESSOA, 1980, p. 66). A atmosfera baça, sem brilho e fulgor acentua a identidade da nação a ser dispersa ou, mesmo, encoberta, dividida entre o discurso nacionalista e o seu próprio discurso, formador da imagem desta comunidade nacional.

Ao longo da história o narrador dá a palavra a alguns portugueses, ao mesmo tempo em que reproduz visões estereotipadas de estrangeiros sobre aqueles; desta forma vai revelando o discurso da diferença. O enunciado dos nativos é composto por observações negativas a respeito de si mesmos; eles são pobres e diferentes do restante da Europa. São muitos a habitarem tão pouca terra e a fitarem tanto mar na espera do Desejado; este que há muito tempo está atrasado. Enquanto D. Sebastião não retorna, a comunidade nacional se autodefine como um conjunto de “modestas locuções de lusitanos, a voz do pequeno país que somos, tímida até em sua própria casa” (ib., p. 176). A par dessa idéia de pequenez, no meio da multidão a voz narrativa compara o homem luso com o alemão que está a observar “aqueles homens morenos, de gabardina clara, [...] de barba crescida, mal vestidos e sujos” (ib., p. 217). Como os lusos são diferentes dos trabalhadores arianos; estes membros de uma raça limpa, ordenada, que endeusa Hitler e seu exército, e que vêm a Portugal a fim de ensinar a esta coletividade que deve repetir e acreditar nas palavras de ordem de que “nós não somos nada” (ib., p. 374).

O lema nazista concretizar-se-á durante um comício político que exalta o governo do Estado Novo em sua missão de resgate da nação e do país. Durante o encontro, a massa, em

êxtase, propaga símbolos e gritos patrióticos, formando uma imagem coesa: “A multidão, como um único homem, está de pé” (ib., p. 396). Neste momento, o povo não é ninguém. Ao perder a identidade em favor do líder, Salazar, ele põe fim à sua essência. Os oradores se sucedem no palanque, sempre a reforçar a lealdade coletiva para com o homem forte que a todos protege e de todos cuida, sempre apoiado pela mocidade portuguesa, pelas milícias nacionalistas e pelos sindicatos. Repetindo o discurso épico camoniano para exaltar e lembrar os grandes feitos ultramarinos o discursista Ricardo Durão é enfático:

Estamos aqui reunidos, immanados no mesmo patriótico ideal, para dizer e mostrar ao governo da nação que somos penhores fiéis continuadores da grande gesta lusa e daqueles nossos maiores que deram novos mundos ao mundo e dilataram a fé e o império, mais dizemos que ao toque do clarim, ou das tubas, clangor sem fim, nos reunimos como um só homem em redor de Salazar. (ib., p. 306)

Ao lado desta imagem de silêncio, hipnose e veneração ao ditador, outro discurso está presente no texto; é o da diferença, do estrangeiro a falar desta nação. Assim, o narrador recupera o discurso espanhol de Don Miguel de Unamuno para transmitir às massas que os “homens de Portugal, [são um] povo de suicidas, gente que não grita *viva la muerte*, mas vive com ela” (ib., p. 398). Mais uma vez, o lusitano é diminuído também aos olhos dos demais europeus, no caso um outro ibérico, contribuindo para a formação de uma idéia negativa da nação durante a vigência do governo salazarista. Ser português é ser pequeno, esfomeado, miserável enquanto clamar por seu pai e protetor.

Todo o panorama histórico presente na narrativa, montado a partir de fragmentos contribui para a definição de uma identificação cultural portuguesa. No romance, a nação e a identidade são avaliadas pelos comentários do narrador, partícipe e intérprete dessa história. Seu discurso é permeado pela ironia, revelando o ceticismo com que ele procura resistir contra o irracionalismo próprio dos regimes ditatoriais.



Em *O ano da morte de Ricardo Reis*, a voz narradora desconstrói o discurso da ditadura salazarista e, ao representar a comunidade nacional lusa como uma nau, compara o país a um barco sem direção, cercado por destroços e por gente afogada. “Que nau, que armada, que frota pode encontrar o caminho, e para onde, pergunto eu” (ib., p. 181). A pergunta fica sem resposta. A falta de rumo de seu povo é corroborada pelo personagem Fernando Pessoa que conclui a Ricardo Reis: “você anda a flutuar no meio do Atlântico, nem lá, nem cá, como todos os portugueses” (ib., p. 361). Desse modo, a jangada de pedra lusitana e a sua tripulação prosseguem sua viagem em busca de si mesmos, lutando contra a imparcialidade e o fanatismo que levam à cegueira.

#### 4 CONCLUSÃO

A partir dos elementos fornecidos pela análise desenvolvida no romance *O ano da morte de Ricardo Reis*, de José Saramago, pode-se afirmar que o texto compõe um extenso painel de representação da nação portuguesa, enquanto concepção da comunidade nacional, em diferentes momentos históricos.

No texto o mundo dos lusitanos vai sendo revelado através da vida dos personagens captados pelo narrador, simpatizante dos discursos dos oprimidos. Na apresentação do universo ficcional coletivo, o autor focaliza o operário, o camponês, o trabalhador de baixa renda, enfim, o cidadão comum, todos eles meros figurantes imersos em desilusões e injustiças registradas em sua existência histórica. Esses personagens habitam o espaço periférico que, longe da realeza e do poder, buscam (re)construir o seu destino, tornando-se, desta forma, os verdadeiros protagonistas da história não-oficial da pátria portuguesa.

*O ano da morte de Ricardo Reis* destaca a secular divisão dos homens em classes sociais estanques nas quais o coletivo vivencia e realiza suas próprias fraquezas e vitórias. A “gente

lusitana” percorre o seu destino como a voz privilegiada do narrador que não se cansa de mostrar a superioridade dos menos favorecidos frente à corrupção e decadência presentes nos gabinetes oficiais.

O estudo aqui apresentado salienta a forma como os narradores portugueses imaginam e relatam a sua comunidade nacional; paralelamente, apoiado por reflexões teórico-críticas, reflete sobre as particularidades dos acontecimentos pretéritos em sua retomada pela literatura. Em conclusão, permite afirmar que duas questões temáticas principais, história e alteridade, são reveladas através das instâncias participantes do processo comunicativo: o narrador, com seu discurso intencionalmente marcado; o narratário que decodifica a enunciação descrita e o referente.

José Saramago volta ao passado português com o objetivo de mostrar uma visão que transcende a história oficial, para dar outras versões dos seus compatriotas que, encerrados dentro de seu próprio país, continuam a lutar contra os seus inimigos, os castelhanos, e, talvez, contra si mesmos em um espaço ficcional caracterizado pela polifonia, que rompe com a submissão às leis e à hierarquia. Através da plurificação de falas, desvela-se o olhar do ficcionista sobre o personagem coletivo que, de uma forma ou de outra, rebela-se contra a visão (e voz) unívoca do autoritarismo e prepotência do poder. A coletividade quer apontar para a sua liberdade, polifonicamente revelando as vozes dos verdadeiros portugueses. São eles os homens e mulheres do cotidiano, a passear pelas ruas de Lisboa, a singrar mares “nunca dantes navegados” que se encontram em espaços onde se fundem o elevado e o baixo, o erudito e o popular. Para isso, o autor retoma a história, tornando-a objeto transitivo e recuperável através de um olhar oscilante entre o passado e o presente, o mágico e o verossímil. Desse modo, José Saramago cria em seus textos o não-lugar, isto é, a utopia de uma nação e de um país possíveis pela correção de ordem estética que reconstrói as pessoas antes silenciosas e renegadas.



## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- BHABHA, Homi K. (Org.) *Nation and narration*. London & New York: Routledge, 1990.
- HOBBSAWN, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- PESSOA, Fernando. *O Eu profundo e os outros Eus*. 12. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- REMÉDIOS, Maria Luíza Ritzel. *O Entretecer da história e da ficção*. Discursos, 7 Coimbra: Universidade Aberta, 1994.
- SARAMAGO, José. *O ano da morte de Ricardo Reis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

